



2004/11/27

A DEFESA EM ESPANHA [1]

Alexandre Reis Rodrigues

Estima-se que cerca de 50000 militares espanhóis, homens e mulheres, terão participado em intervenções no exterior, desde que, com a entrada na NATO, se iniciou em Espanha um processo de internacionalização das suas Forças Armadas. Além dos Balcãs, onde intervieram cerca de 40000 militares, as Forças Armadas espanholas estiveram presentes também em Angola, El Salvador, Nicarágua, Curdistão, Afeganistão, Iraque e Haiti.

Desse total de 50000, mais de uma centena perdeu a vida; entre estes incluem-se os 62 que morreram no desastre aéreo de Maio de 2004, quando regressavam do Afeganistão, num avião ucraniano, assunto que levou a reorganizações no Estado Maior da Defesa e à transferência de alguns oficiais mais directamente envolvidos nas circunstâncias desse acidente. [2]

Até então as Forças Armadas espanholas tinham estado confinadas ao território nacional, na postura tradicional de defesa da integridade territorial. Agora existe uma situação diferente, em que, segundo Solana, “os actuais desafios à segurança e defesa acabaram com as distinções entre segurança interna e externa” e “ditaram a necessidade de transformação das forças armadas”. Esta opinião de Solana é corroborada pelo chefe do departamento de estratégia do Instituto de Altos Estudos Militares [3] que chama a atenção para o facto de que a maioria das tarefas a executar serão realizadas por forças multinacionais numa grande diversidade de missões e que defende um exército mais pequeno mas equipado com as mais modernas facilidades e sistemas de armas e sobretudo capaz de ser movimentado para qualquer parte do mundo num período de poucos dias.

Este objectivo transparece bem das intenções espanholas em participar na criação dos Battle Groups europeus de que, na reunião de ministros da defesa realizada no passado dia 22 de Novembro, foi aprovada a criação de 13 grupos (batalhões); desse total a Espanha assegura a formação de um com efectivos exclusivamente espanhóis e participa em mais dois de composição multinacional. Conforme anunciado por órgãos de comunicação social, Portugal participará num destes últimos grupos, juntamente com a Grécia e a Itália (o grupo mediterrâneo).

Uma das mudanças mais significativas a que as Forças Armadas se sujeitaram foi o fim do serviço militar obrigatório, que entrou em vigor há cerca de três anos (31 de Dezembro de 2001), numa decisão também forçada pelo então crescimento exponencial de objectores de consciência (100000 em 1997, 170000 em 2000). Porém, conforme referido em anterior artigo [4], a Defesa está a enfrentar sérias dificuldades no recrutamento de voluntários para preenchimento das vagas em aberto, não obstante as sucessivas reduções do tecto máximo. Em 1976, havia 364541 militares ao serviço; hoje serão 120000, o que corresponde a uma redução de 67%. Em 1997, Eduardo Serra, então Ministro da Defesa, estimava uma necessidade de 150000 a 180000 soldados em 2003, o que mais tarde foi corrigido para 102000 a 120000; porém, segundo o El País, o orçamento de defesa para 2004 considerou apenas 80000 (na realidade, parece só haver 70000).

Segundo outro órgão de comunicação social, não está a ser possível cobrir mais de 32% da totalidade das vagas; o ramo com a situação mais confortável é a Força Aérea (50% das vagas preenchidas), depois o Exército (35%) e, finalmente, a Marinha (11%). Esta situação resultará de vencimentos pouco atractivos e falta de consciência sobre necessidades de defesa. O problema, aparentemente, não é apenas o de cativação de voluntários; mais de 20% abandona o contrato mesmo antes de concluído o processo de formação, o que indicia outro tipo de problemas. No respeitante ao ingresso de mulheres, o número actual é de 12000, ou seja 10% do total; a admissão do sexo feminino começou em 1988, mas com acesso restrito a apenas a algumas especialidades e tendo entrado apenas 38 nos dois primeiros anos. Com o fim das restrições de acesso em 1999, em 2000 havia já 6500 mulheres nas fileiras.

Na área do reequipamento, o governo tem pela frente, no curto prazo – possivelmente até ao fim do ano – três complexas decisões a tomar: sobre um novo navio para projecção de força, sobre os sistemas de combate dos quatro novos submarinos S-80 e sobre um novo míssil para a Força Aérea. Zapatero vai ter que ponderar entre as recomendações dos militares e as implicações políticas das várias hipóteses de cooperação com indústrias de defesa estrangeiras, no meio de grandes pressões internacionais.

Bono, o ministro da Defesa, encontrou-se em Barcelona com Michèle Alliot-Marie, ministra da Defesa francesa, em meados de Setembro, exactamente para discutir possibilidades de cooperação

industrial nesses três programas e, eventualmente, também sobre um novo veículo não tripulado. O que pode estar em causa para Espanha é a possibilidade de participar num futuro consórcio franco-alemão na área da construção naval, se, em contrapartida aceitar uma maior cooperação com a indústria naval francesa. Mas há, obviamente, interesses de outras firmas em jogo, nomeadamente da Lockheed Martin que, entre outras, está interessada em entrar no concurso dos sistemas de combate para os submarinos.

[1] EL País, 15 Nov 2004 ; Defense News, 25 out 2004.

[2] Ver “Assim vai o Mundo” (12) de 25 Out 2004.

[3] Coronel Miguel Ángel Ballesteros.

[4] Ver artigo “As Forças Armadas espanholas”, de 31 de Outubro de 2003.

3 TEXTOS RELACIONADOS:

2008/09/07

A ESPANHA A SUBIR ... PORTUGAL A DEFINHAR[1]

João Brandão Ferreira

2008/07/22

COISAS POLÍTICO-MILITARES QUE SE PASSAM AQUI AO LADO

João Brandão Ferreira

2005/01/17

DIRECTIVA DE DEFESA EM ESPANHA

Alexandre Reis Rodrigues